



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 310,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Legislativo Presidencial n.º 10/18:

Altera a alínea r) do n.º 1 do artigo 37.º, do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/17, de 13 de Outubro, que aprova a Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República.

Decreto Presidencial n.º 207/18:

Autoriza o Ministro das Finanças a proceder a inscrição de novos projectos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Orçamento Geral do Estado de 2018 e aprova a abertura de crédito adicional no montante de Kz: 12.687.648.875,22 para a conclusão e inscrição de projectos prioritários do PIP, afecto a Unidade Orçamental — Gabinete de Obras Especiais.

Decreto Presidencial n.º 208/18:

Exonera Mário Miguel Domingues do cargo de Secretário de Estado para a Aviação Civil, e José Manuel Cerqueira do cargo de Secretário de Estado para o Transporte Ferroviário.

Decreto Presidencial n.º 209/18:

Nomeia António Joaquim da Cruz Lima para o cargo de Secretário de Estado para os Sectores da Aviação Civil, Marítimo e Portuário e Guido Waldemar da Silva Cristóvão para o cargo de Secretário de Estado para os Transportes Terrestres.

Despacho Presidencial n.º 121/18:

Autoriza a despesa e abre o procedimento de concurso público para a execução dos projectos de Construção e Apetrechamento da Unidade de Tratamento de Queimados em Luanda, Reabilitação do Bloco Operatório do Hospital do Prenda, na Província de Luanda, Construção e Apetrechamento do Centro Nacional de Emergência Médica, da Morgue Central de Cabinda, Reabilitação do Hospital do Dondo, na Província do Kwanza-Norte, Construção e Apetrechamento do Hospital Municipal do Porto Amboim, e delega competência a Ministra da Saúde para verificação da legalidade de todos os actos subsequentes no acto do procedimento até a formação e execução dos respectivos contratos.

Despacho Presidencial n.º 122/18:

Autoriza a despesa e a abertura dos procedimentos de Contratação Simplificada pelo critério material, para aquisição de serviços de Elaboração do Projecto de Execução referente à Estrada Nacional (EN) 230, Malanje/Saurimo, dividido por lotes.

Órgãos Auxiliares do Presidente da República

— Casa Civil —

Decreto Executivo n.º 335/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete Médico do Presidente da República. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Ministério das Finanças

Decreto Executivo n.º 336/18:

Aprova o Regulamento Interno da Inspeção Geral de Finanças. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Decreto Executivo n.º 337/18:

Aprova o Regulamento Interno da Delegação Provincial de Finanças do Cuanza-Norte. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Executivo n.º 320/16, de 21 de Julho.

Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado

Decreto Executivo n.º 338/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII).

Decreto Executivo n.º 339/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio (GI). — Revoga o Decreto Executivo n.º 57/00, de 21 de Julho.

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Despacho n.º 215/18:

Homologa o Protocolo de Cooperação assinado entre a Universidade José Eduardo dos Santos e a Universidade de Lisboa.

Secretariado do Conselho de Ministros

Rectificação n.º 17/18:

Rectifica o Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/18, de 9 de Maio, publicado no *Diário da República* n.º 65, I série, que aprova a Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação, que corresponde à versão de 2017 da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias, incluindo as Instruções Preliminares da Pauta (IPP), as Regras Gerais para a Interpretação do Sistema Harmonizado (SH).

ANEXO I
que se refere o artigo 13.º

Grupo de Pessoal	Designação Funcional	N.º de Lugares
Quadro dos Cargos de Direcção e Chefia		
Direcção e Chefia	Director	1
	Chefe de Departamento dos OAPR	1
	Consultor dos Serviços dos OAPR	2
Quadro Técnico		
Assistentes do OAPR	Assistente Sénior dos OAPR	
	Assistente Especialista Principal dos OAPR	
	Assistente Especialista dos OAPR	
	Assistente Principal dos OAPR	
	Assistente de Primeira Classe dos OAPR	
	Assistente de Segunda Classe dos OAPR	
Especialista Principal dos OAPR	Especialista Principal dos OAPR	
	Especialista Principal de 1.ª Classe dos OAPR	
	Especialista Principal de 2.ª Classe dos OAPR	
	Especialista de 1.ª Classe dos OAPR	
	Especialista de 2.ª Classe dos OAPR	
	Especialista de 3.ª Classe dos OAPR	
Pessoal Administrativo		
Administrativo	Oficial Administrativo Principal dos OAPR	3
	Técnico de Informática dos OAPR	2
	Motorista de Pesados Principal dos OAPR	1
	Motorista de Ligeiros Principal dos OAPR	
	Auxiliar de Limpeza Principal dos OAPR	
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe dos OAPR	
Operário dos OAPR	Encarregado Qualificado dos OAPR	
	Operário Qualificado de 1.ª Classe dos OAPR	
Total		10

O Ministro e Director do Gabinete do Presidente da República, *Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto Executivo n.º 336/18 de 6 de Setembro

Havendo necessidade de se regulamentar a organização e funcionamento da Inspeção Geral de Finanças, prevista no artigo 17.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 30.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno da Inspeção Geral de Finanças, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

ARTIGO 3.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, 6 de Setembro de 2018.

O Ministro, *Archer Manguiera*.

REGULAMENTO INTERNO DA INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Definição e natureza)

A Inspeção Geral de Finanças, abreviadamente designada por IGF, é o serviço de apoio técnico do Ministério das Finanças, de carácter transversal, que tem por missão fundamental o controlo interno da administração financeira do Estado e o apoio técnico especializado ao Ministro das Finanças.

ARTIGO 2.º (Âmbito de intervenção)

1. A intervenção da IGF abrange as entidades dos sectores público-administrativos e empresarial, bem como dos sectores privado e cooperativo, quando sejam sujeitos de relações financeiras com o Estado ou quando se mostre indispensável ao controlo indirecto de quaisquer entidades abrangidas pela sua acção, sem prejuízo das competências específicas legalmente atribuídas a outras entidades.

2. A IGF desenvolve a sua actuação em todo o território nacional, bem como no exterior, quando se trate de serviços da República de Angola que aí desenvolvam actividade.

ARTIGO 3.º (Garantias de actuação e intervenção da IGF)

1. A IGF tem a sua actividade garantida por um conjunto de prerrogativas previstas no Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças e demais Diplomas que regulam a actividade de inspecção, auditoria e fiscalização dos Órgãos e Serviços da Administração Directa e Indirecta do Estado.

2. A actuação dos inspectores e funcionários administrativos da IGF rege-se por um Código de Conduta aprovado por Decreto Executivo do Ministro das Finanças.

ARTIGO 4.º
(Competências)

1. Enquanto serviço de controlo interno da administração financeira do Estado, incumbe à IGF o exercício do controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira, contribuindo para a economia, a eficácia e a eficiência na obtenção de receitas públicas e na realização das despesas públicas.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a IGF tem as seguintes competências:

- a) Operacionalizar o Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCIAFE), tendo em vista garantir os princípios da suficiência, da complementaridade, da relevância e da coerência;
 - b) Proceder à avaliação da fiabilidade dos sistemas de controlo desenvolvidos pelos diversos serviços da Administração do Estado;
 - c) Propor medidas destinadas à melhoria da estrutura, organização e funcionamento dos referidos sistemas, acompanhando a respectiva implantação e evolução;
 - d) Realizar auditorias, inspecções, análises de natureza económico-financeira, exames fiscais e outras acções de controlo às entidades, públicas e privadas, abrangidas pela sua intervenção;
 - e) Realizar sindicâncias, inquéritos e averiguações nas entidades abrangidas pela sua intervenção, bem como desencadear o procedimento disciplinar quando tal lhe for superiormente determinado;
 - f) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou determinadas superiormente.
3. À IGF incumbe, em especial, as seguintes tarefas:
- a) Propor a elaboração de projectos de Diplomas Legais relacionados com a matéria inspectiva;
 - b) Promover a investigação técnica, efectuar estudos e emitir pareceres;
 - c) Participar e prestar apoio técnico a júris, comissões e grupos de trabalho;
 - d) Assegurar, no âmbito da sua missão e em colaboração com o Gabinete de Intercâmbio, a articulação com entidades congéneres estrangeiras e organizações internacionais;
 - e) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

CAPÍTULO II
Estrutura Interna

ARTIGO 5.º
(Órgãos e Departamentos)

1. A IGF compreende os seguintes órgãos:
 - a) O Inspector Geral de Finanças;
 - b) Conselho de Inspecção;
 - c) Secção Administrativa.
2. Departamentos:
 - a) Departamento de Receita e da Despesa Pública;
 - b) Departamento de Controlo da Gestão Patrimonial;
 - c) Departamento de Apoio Técnico.

CAPÍTULO II
Competências

ARTIGO 6.º
(Inspector Geral de Finanças)

1. A Inspecção Geral de Finanças é dirigida por um Inspector Geral de Finanças, equiparado a Director Nacional, nomeado por Despacho do Ministro das Finanças, a quem compete o seguinte:

- a) Representar a IGF;
- b) Planificar, organizar, dirigir e controlar a actividade do Gabinete, cumprindo e fazendo cumprir as leis e orientações superiores, visando a realização das atribuições que lhe são conferidas;
- c) Dirigir as reuniões do Conselho de Inspecção;
- d) Velar pelo cumprimento do Regulamento Interno e exercer o poder disciplinar;
- e) Ordenar a realização das acções da competência da IGF, incluindo os controlos cruzados quando os mesmos se justificarem;
- f) Colaborar com o Gabinete dos Recursos Humanos na definição da política de gestão dos recursos humanos e proceder à respectiva afectação de acordo com quadro do pessoal;
- g) Assegurar a coordenação do processo de planeamento e avaliação de resultados da actividade da IGF e do seu pessoal;
- h) Assegurar a manutenção de relações de colaboração com os restantes órgãos do Ministério; e
- i) Desempenhar as demais funções que por lei ou determinação superior lhe sejam cometidas.

2. O Inspector Geral de Finanças pode solicitar informações, elementos e documentos, às entidades abrangidas pela sua actuação, que se revelem necessárias ao exercício das suas atribuições.

3. O Inspector Geral de Finanças pode delegar aos Chefes de Departamento a prática de actos da sua competência própria.

4. O Inspector Geral de Finanças é substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo Chefe de Departamento por ele indicado, devendo comunicar tal facto ao Ministro das Finanças.

ARTIGO 7.º
(Conselho de Inspecção)

1. O Conselho de Inspecção é o órgão colegial de apoio ao Inspector Geral de Finanças, de natureza consultiva, ao qual compete:

- a)* Analisar e dar parecer sobre as linhas de orientação das actividades da IGF;
- b)* Pronunciar-se sobre o projecto do plano anual de actividades da IGF;
- c)* Apreciar e aprovar o relatório de actividades da IGF;
- d)* Apresentar propostas, pareceres ou sugestões sobre as matérias técnicas da IGF a ele submetidos;
- e)* Decidir sobre os assuntos que devem ser submetidos aos Conselhos Consultivo e de Direcção do Ministério;
- f)* Discutir previamente os assuntos agendados para as reuniões dos Conselhos Consultivo e de Direcção do Ministério em que participe o Inspector Geral;
- g)* Abordar assuntos relevantes sobre o funcionamento da IGF a ele submetidos; e
- h)* Pronunciar-se sobre outros assuntos que os membros do Conselho de Inspecção entendam submeter à apreciação.

2. O Conselho de Inspecção reúne-se sempre que convocado pelo Inspector Geral de Finanças e integra:

- a)* O Inspector Geral de Finanças; e
- b)* Os Chefes de Departamento.

3. O Inspector Geral de Finanças pode ainda determinar, em função das matérias a tratar, que participem nas reuniões do Conselho de Inspecção outros Técnicos.

SECÇÃO I
Serviços Executivos

ARTIGO 8.º
(Departamento da Receita e da Despesa Pública)

1. Ao Departamento da Receita e da Despesa Pública compete:

- a)* O controlo sistemático das receitas públicas, de forma a garantir a legalidade, regularidade e segurança na respectiva arrecadação e boa aplicação dos dinheiros públicos;
- b)* Realizar auditorias, inspecções, sindicâncias, inquéritos, averiguações e outras acções concretas de controlo das receitas e despesas públicas;
- c)* Contribuir para o reforço da prevenção e combate a todos os fenómenos de fraude e evasão fiscais, bem como de comportamentos desviantes da economia, eficiência e eficácia das entidades encarregues da sua gestão; e
- d)* Contribuir para o reforço da prevenção de procedimentos de risco na realização de despesas públicas e para a adopção de práticas de transparência processual, bem como de comportamentos desviantes da economia, eficiência e eficácia das entidades encarregues da sua gestão.

ARTIGO 9.º
(Departamento de Controlo da Gestão Patrimonial)

Ao Departamento de Controlo da Gestão Patrimonial compete:

- a)* O controlo do património imobiliário, bem como de outros activos e passivos do Estado, de outras entidades públicas, de empresas do Sector Empresarial Público, de forma a garantir o cumprimento das obrigações inerentes por parte das entidades competentes, designadamente em termos de inventariação, registo, acompanhamento e gestão desses activos, bem como das responsabilidades assumidas;
- b)* Realizar auditorias, inspecções, sindicâncias, inquéritos, averiguações e outras acções concretas de controlo nas áreas do património imobiliário e de outros activos e passivos do Estado, de outras entidades públicas ou de empresas do Sector Empresarial Público; e
- c)* Contribuir para o reforço da prevenção e combate a todos os fenómenos de utilização indevida, ou apropriação do património imobiliário e de outros activos detidos pelo Estado, por outras entidades públicas ou por empresas do Sector Empresarial Público, ainda que atribuídos a terceiros em regime de concessão ou cessão da exploração.

ARTIGO 10.º
(Departamento de Apoio Técnico)

1. Ao Departamento de Apoio Técnico compete:

- a)* Desenvolver trabalhos de natureza essencialmente jurídica, bem como a monitorização das áreas chave das finanças públicas, elaborando estudos, pesquisas e análises sobre matéria de interesse da IGF, em colaboração com outros Departamentos da IGF;
- b)* Desenvolver e propor a criação de sistemas de informação em articulação com o órgão específico do Ministério das Finanças;
- c)* Prestar apoio ao Inspector Geral de Finanças, em matéria de verificação, acompanhamento, exame, avaliação sobre a legalidade, regularidade e mérito da gestão relativamente à actividade de entidades públicas ou privadas, em que estejam envolvidos interesses financeiros ou patrimoniais públicos;
- d)* Cooperar com os demais Departamentos da IGF na compilação das informações obtidas, para elaboração dos Instrumentos de Gestão.

2. Ao Departamento de Apoio Técnico compete em especial:

- a)* Elaborar estudos, informações e pareceres de natureza jurídica e participar no estudo e elaboração de projectos de Diplomas Legais sobre matérias da competência da IGF;

- b) Elaborar inquéritos, sindicâncias ou outras acções, sobretudo em matérias de natureza essencialmente jurídica e da actividade inspectiva;
- c) Instruir processos disciplinares que sejam da competência da Inspecção Geral de Finanças;
- d) Proceder ao tratamento de documentação nacional e internacional sobre matérias da especialidade e à sua divulgação pelo pessoal da IGF;
- e) Cooperar com outros organismos nacionais e internacionais no domínio da sua competência técnica e científica;
- f) Promover a realização de acções de formação e aperfeiçoamento profissional, bem como de seminários, colóquios e conferências;
- g) Proceder ao tratamento da informação obtida no âmbito da monitorização; e
- h) Elaborar relatórios trimestrais, semestrais e anuais relativos às informações obtidas com base na monitorização das áreas-chaves das finanças públicas.

SECÇÃO II
Serviço Administrativo

ARTIGO 11.º
(Secção Administrativa)

1. A Secção Administrativa, abreviadamente SA, é o serviço auxiliar da IGF que assegura o funcionamento administrativo e de expediente da IGF, à qual compete:

- a) Assegurar a recepção, distribuição, preparação, expedição e arquivo da correspondência e documentação da IGF;
- b) Assegurar a provisão dos bens, serviços e equipamentos indispensáveis ao normal funcionamento da IGF, com a colaboração dos serviços competentes do Ministério;

- c) Controlar o livro de ponto da IGF e elaborar os respectivos mapas de efectividade de serviço dos funcionários;
- d) Cuidar da preservação do património afecto à IGF, bem como da sua operação, manutenção e reparação, com a colaboração dos serviços competentes do Ministério;
- e) Assegurar a realização dos serviços de secretariado da Direcção e do Conselho de Inspecção; e
- f) Desempenhar as demais tarefas determinadas superiormente.

2. A Secção Administrativa é dirigida por um Chefe de Secção.

CAPÍTULO III
Pessoal e Organograma

ARTIGO 12.º
(Quadro de pessoal)

1. A IGF dispõe do quadro de pessoal de Carreira de Regime Especial que consta nos anexos do presente Regulamento e dele é parte integrante.

2. Os lugares do quadro são preenchidos à medida das necessidades do serviço.

3. A IGF conta com o pessoal de Regime de Carreira Geral, destacado mediante solicitação ao órgão do Ministério das Finanças competente para o efeito.

ARTIGO 13.º
(Organograma)

A Inspecção Geral de Finanças está organizada conforme a representação do seu organograma, constante do Anexo II ao presente Diploma do qual é parte integrante.

O Ministro, *Archer Mangueira*.

ANEXO I

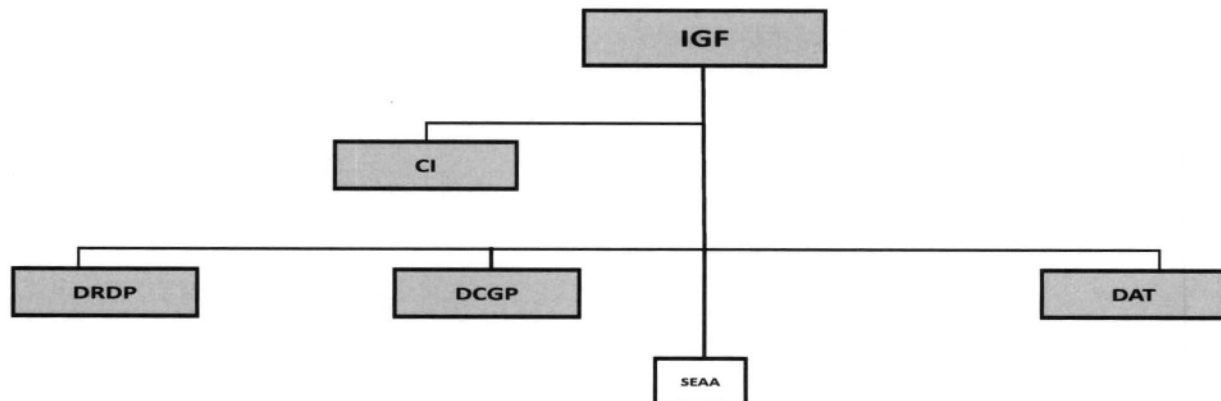
Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 12.º do presente Regulamento

Designação da Carreira	Categoria/Função	Especialidades Profissionais	Quadro Desejável
Direcção e Chefia	Inspector Geral		1
	Chefe de Departamento		21
	Chefe de Secção		1
Subtotal			23
Inspector Superior	Inspector Assessor Principal	Finanças Públicas, Jurídica, Tributação, Regulação Económica, Estudos e Relações Internacionais, Gestão de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação	103
	Inspector Primeiro Assessor		
	Inspector Assessor		
	Inspector Superior Principal		
	Inspector Superior de 1.ª Classe		
	Inspector Superior de 2.ª Classe		
Subtotal			103

Designação da Carreira	Categoria/Função	Especialidades Profissionais	Quadro Desejável
Inspector Técnico	Inspector Técnico Especialista Principal	Finanças Públicas, Jurídica, Tributação, Regulação Económica, Estudos e Relações Internacionais, Gestão de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação	7
	Inspector Técnico Especialista de 1.ª Classe		
	Inspector Técnico Especialista de 2.ª Classe		
	Inspector Técnico de 1.ª Classe		
	Inspector Técnico de 2.ª Classe		
	Inspector Técnico de 3.ª Classe		
Subtotal			7
Subinspector	Subinspector Principal de 1.ª Classe	Finanças Públicas, Jurídica, Tributação, Regulação Económica, Estudos e Relações Internacionais, Gestão de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação	11
	Subinspector Principal de 2.ª Classe		
	Subinspector Principal de 3.ª Classe		
	Subinspector de 1.ª Classe		
	Subinspector de 2.ª Classe		
	Subinspector de 3.ª Classe		
Subtotal			11
Total Geral			144

ANEXO I

Organigrama a que se refere o artigo 13.º do presente Regulamento



O Ministro, *Archer Mangureira*.

Decreto Executivo n.º 337/18
de 6 de Setembro

Considerando que, por Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, foi aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças;

Havendo necessidade de se regulamentar o modo de estruturação, organização e funcionamento da Delegação Provincial de Finanças do Cuanza-Norte, no quadro da nova orgânica do Ministério das Finanças;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição

da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 30.º, ambos do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno da Delegação Provincial de Finanças do Cuanza-Norte, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.